

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando esclarecimentos sobre a paralisação das obras do Residencial Clara no bairro Camilópolis.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 58 da Lei Orgânica do Município, requeremos que seja enviado ofício ao Senhor Prefeito Municipal solicitando informações acerca do empreendimento Residencial Clara, no bairro Camilópolis, que se encontra paralisado há aproximadamente um ano e meio, causando sérios prejuízos sociais e financeiros às famílias contempladas.

Segundo informações veiculadas pela imprensa e confirmadas por moradores, as obras do conjunto habitacional, que deveria abrigar 480 famílias, encontram-se interrompidas desde que a empresa responsável, Múltipla, entrou em recuperação judicial e posteriormente em processo falimentar. O empreendimento, inicialmente previsto para entrega em fevereiro de 2024, já deveria estar concluído, mas segue inacabado, deixando famílias em situação de vulnerabilidade, muitas delas vindas de áreas de risco ou pagando aluguel com grande sacrifício.

As declarações recentes da CDHU, que ora atribuem a responsabilidade à construtora, ora à seguradora, e a ausência de informações claras da Prefeitura, da Caixa Econômica Federal e dos demais órgãos envolvidos, aumentam a insegurança dos beneficiários, que permanecem sem qualquer perspectiva concreta de quando poderão tomar posse dos imóveis.

Diante disso, solicitamos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o motivo técnico e administrativo da interrupção das obras e qual a previsão formal de retomada, com cronograma e data estimada de entrega das unidades?
2. Após a falência da empresa Múltipla, será realizada nova licitação, contratação emergencial ou substituição via seguradora? Qual órgão será responsável pela condução do processo (CDHU, Caixa Econômica Federal, Prefeitura ou outro)?
3. Qual instituição financeira é atualmente responsável pelo financiamento do empreendimento e em que condições o contrato segue ativo?
4. Existe seguro-garantia para cobertura do contrato em caso de abandono da obra? Em caso afirmativo, como está sendo acionado?
5. Quais medidas imediatas estão sendo adotadas para garantir a segurança do canteiro de obras e a proteção ao patrimônio público, evitando invasões, depredações e riscos à população?



6. Qual é o canal oficial de comunicação destinado aos beneficiários para fornecer informações sobre a situação do empreendimento?
7. Qual é a responsabilidade da Prefeitura de Santo André neste projeto, considerando que o mesmo envolve recursos municipais, estaduais e federais?
8. Há procedimentos administrativos, civis ou criminais em andamento para apurar responsabilidades quanto à paralisação ou à gestão do empreendimento? Se sim, quais órgãos os conduzem e qual a previsão de conclusão?
9. Que ações estão sendo tomadas para proteger as famílias em situação de maior vulnerabilidade social, incluindo as removidas de áreas de risco e aquelas em auxílio aluguel, até que recebam suas unidades habitacionais?

Aguardamos, dentro do prazo legal de **15 dias**, resposta formal a todos os pontos aqui levantados.

Ressaltamos que os esclarecimentos são fundamentais para garantir transparência no uso dos recursos públicos, proteção social às famílias prejudicadas e definição das medidas necessárias para assegurar a conclusão do empreendimento, cuja demora já gera grave violação do direito à moradia digna.

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 8 de setembro de 2025

Tiago Nogueira

Vereador

Referências para consulta:

- [1] Repórter Diário – [CDHU garante que prédios com obras paradas em S. André terão solução rápida](#) (06/05/2025).
- [2] Repórter Diário – [Atraso em obra da CDHU em S. André prejudica quem já saiu de área de risco e que paga aluguel](#) (10/07/2024).
- [3] Prefeitura de Santo André – [Residencial Clara](#) (em fase de construção).

